

Compilado de Reportagens

Justiça pela

Paz em Casa

Campanha
Nacional
Justiça pela
Paz em Casa



COMSTV



Tribunal de Justiça
Poder Judiciário do Estado do Acre

Justiça pela Paz em Casa: programa já tem datas definidas para 2026

05.02.2026



Em 2025, foram registrados 49.810 julgamentos de processos relacionados à violência doméstica em todo o país

Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais de justiça estaduais, o Programa Justiça pela Paz em Casa já tem datas definidas para 2026. Neste ano, as três semanas nacionais de esforço concentrado ocorrerão de 9 a 13 de março, de 17 a 21 de agosto e de 23 a 27 de novembro. As mobilizações correspondem, respectivamente, às 32ª, 33ª e 34ª edições do programa.

As semanas nacionais integram a estratégia do Poder Judiciário para dar tratamento prioritário aos processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Durante esses períodos, os tribunais intensificam a realização de audiências, julgamentos e a análise de medidas protetivas de urgência, além de desenvolver ações de caráter educativo e preventivo.

Os dados mais recentes do Painel de Violência contra a Mulher do CNJ indicam a dimensão do desafio enfrentado pelo sistema de justiça. O ano de 2026 teve início com cerca de 1,4 milhão de processos de violência doméstica pendentes de julgamento em todo o país. No caso específico dos crimes de feminicídio, pouco mais de 14,5 mil processos aguardam decisão judicial.

Edições anteriores

Em 2025, o programa contabilizou resultados expressivos ao longo das três edições realizadas no ano, correspondentes às 29ª, 30ª e 31ª Semanas. Nelas, foram registrados 49.810 julgamentos de processos relacionados à violência doméstica e ao feminicídio em todo o país. Também foram realizadas 30.142 audiências.

No mesmo período, o Judiciário concedeu, analisou ou reavaliou 56.368 medidas protetivas de urgência, consideradas instrumentos essenciais para a proteção imediata das vítimas e para a prevenção de novas situações de violência.

Histórico

Criado em 2015, o programa Justiça pela Paz em Casa tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha. A iniciativa busca concentrar esforços jurisdicionais e fortalecer ações interdisciplinares voltadas à prevenção da violência, à proteção das vítimas e à responsabilização.

Desde a implementação, o programa realiza, anualmente, três semanas nacionais de mobilização, tradicionalmente nos meses de março, agosto e novembro. As datas dialogam com marcos relevantes da agenda de proteção às mulheres, como o Dia Internacional da Mulher, o aniversário da sanção da Lei Maria da Penha e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Além da atuação jurisdicional, as semanas do Justiça pela Paz em Casa costumam incluir iniciativas educativas e preventivas, como palestras, rodas de conversa, campanhas informativas, capacitações para magistrados e servidores, além de atividades desenvolvidas em parceria com órgãos da rede de proteção, escolas e instituições da sociedade civil.

Abertura da 32ª Semana Justiça pela Paz em Casa será realizada segunda-feira, 9

📅 06.03.2026

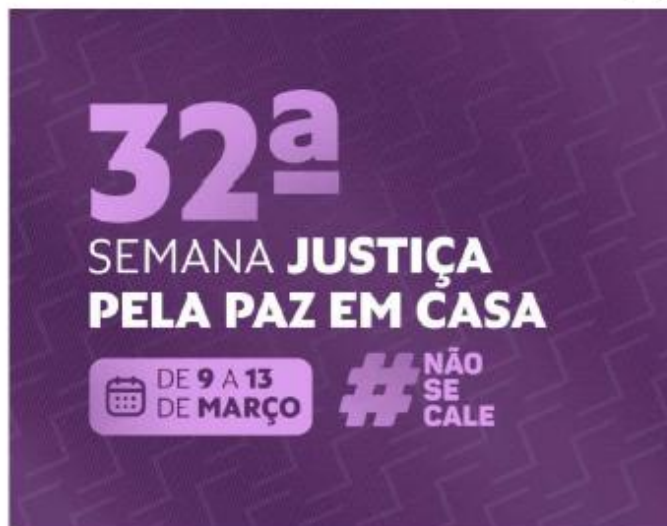
"Fatores como dependência financeira, medo e a falta de apoio familiar ou institucional dificultam a denúncia e a busca por justiça" – afirma Cláudio Vasconcelos, estudante de Manoel Urbano

A abertura da 32ª Semana Justiça pela Paz em Casa será realizada na próxima segunda-feira, 9 de março, às 9 horas no Fórum Criminal de Rio Branco. Na oportunidade, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cosiv), lançará a publicação "Vozes que Transformam".

A agenda integra a celebração do Mês da Mulher. Até o dia 13, sexta-feira, haverá mutirão com os processos psutados na Lei Maria da Penha. Estão previstas 136 audiências em: Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Feijó, Rio Branco, Senador Guimard e Sena Madureira.

Na pauta, há processos que denunciam ameaças, violência psicológica, lesão corporal, descumprimento de medidas protetivas e até cárcere privado. Portanto, a garantia dos direitos e a entrega de respostas a essas mulheres que são vítimas é o caminho para a proteção, coibição de reincidência criminal e promoção da paz.

Na segunda-feira, 9, haverá ainda a realização de um júri popular em Feijó sobre o Caso Elizete, que trata de um feminicídio ocorrido em outubro de 2025. A mulher foi morta com um tiro de espingarda.



A 32ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa integra a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, instituída pela Portaria n.º 15/2017 e Resolução n.º 254/2018, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Vozes que Transformam

A publicação é composta pelas redações vencedoras do concurso realizado em 2025 pelo programa Conscientização pela Paz no Lar, com os estudantes que receberam palestras educativas sobre o tema: "A Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) e os direitos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como outras formas de violência contra a mulher".

A primeira edição destaca a importância histórica da Lei Maria da Penha, que completará 20 anos em 2026. Os textos reúnem percepções, sentimentos e compreensões da normativa e da realidade. As alunas e alunos também abordaram as causas estruturais das violências, ou seja, machismo, cultura patriarcal, desigualdades, bem como as barreiras à denúncia e impactos psicológicos.

Lugar de mulher é promovendo justiça e cidadania

08.03.2026

Ao longo da história, mulheres conquistaram postos e cargos estratégicos dentro do Judiciário acreano. Uma luta fruto de muita dedicação e esforço individual que traz avanços a uma causa coletiva: o empoderamento de meninas e mulheres

Que lugar de mulher é onde ela quiser — especialmente em espaços públicos e em cargos de poder e liderança — já deveria ser algo de conhecimento geral. Mas, infelizmente, ainda não é. Por isso, neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) apresenta a trajetória de algumas mulheres que promovem justiça e cidadania no estado, mostrando que a celebração da data está diretamente ligada à promoção da igualdade de gênero.

Até 1939 nenhuma mulher tinha sido juíza no Brasil, a pioneira foi Aurí Moura Costa (in memoriam), cearense, empossada como magistrada municipal de Várzea Alegre, na Comarca de Lavras, no Ceará. Hoje, as mulheres são 40,13% da magistratura do país, conforme painel Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No Judiciário do Acre, a primeira juíza ingressou em 1975, Eva Evangelista, desembargadora que se aposentou em setembro de 2024. Atualmente, 42,53% da magistratura acreana é composta por mulheres. Já em relação às servidoras, as mulheres são maioria, 52,64%.

Conquistas significativas e fruto de muita dedicação e esforço individual, que trazem avanços a uma causa coletiva: o empoderamento de meninas e mulheres no Acre, especificamente dentro da Justiça estadual. Pois, como acredita a vice-presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari: "Ninguém está nos lugares por acaso. Então, cada vez que eu entro no Plenário, cada vez que eu emito ou exaro uma decisão, eu sei que eu não estou só, estou carregando comigo todas as mulheres do Acre que vieram antes de mim e todas as mulheres que virão depois de mim".



Igualdade de condições?

Igualdade de condições — seja salarial, no enfrentamento à violência doméstica e de gênero ou na representatividade — é o mínimo necessário para que todos os seres humanos sejam livres e iguais em dignidade e direitos, como estabelece o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU). Mas, para meninas e mulheres, essa igualdade ainda está longe de ser uma realidade.

Pioneira e protagonista de várias primeiras vezes no Judiciário acreano — primeira juíza (1975), desembargadora (1984) e presidente do TJAC (1987) — Eva Evangelista precisou vencer barreiras, enfrentar preconceitos e trabalhar em dobro. Enquanto cursava Direito, entre 1965 e 1972, na quarta turma do Centro de Estudos Jurídicos, desempenhava a função de escrevente juramentada pela manhã e à tarde; à noite estudava e ainda cuidava de duas filhas pequenas. "Apesar da preocupação da minha mãe, não desisti. Minha mãe foi a primeira feminista que conheci, uma mulher de formação maravilhosa e valores sólidos", contou Evangelista na revista biográfica "Eva Evangelista: uma vida dedicada à Justiça".

As desembargadoras aposentadas Miracete Borges, Izaura Maia, Cezarinete Angelim (in memoriam), Maria Penha, as magistradas ativas do 2º grau Denise Bonfim, Waldirene Cordeiro e Regina Ferrari, as juízas do 1º grau, as servidoras, colaboradoras e estagiárias da Justiça do Acre, todas têm histórias únicas, mas que se assemelham na necessidade de ultrapassar o machismo. Mesmo que não queiram ser definidas e limitadas por tais questões, elas atravessam a vida de todas as mulheres.



Para Waldirene, é preciso continuar avançando, com mais mulheres dentro do Judiciário brasileiro: "Infelizmente o preconceito ainda permeia a mulher, independente do cargo que ela tem. São algumas coisas que são faladas na sutileza, mas que a gente sabe que tem diferença com relação ao gênero feminino. Isso está mudando? Está. Mas há necessidade de mais. As jovens que querem ser magistradas, que venham com toda tranquilidade. Mas sabendo que ainda vão entrar em um mundo quase que inteiramente de homens".

Primeiras de muitas

Mas, em uma sociedade onde somente o homem nasce com direitos, enquanto mulheres e outras identidades de gênero precisam cotidianamente conquistar garantias básicas, o alcance da igualdade exige a mudança de pensamento e a quebra de privilégios construídos em cima da exploração de meninas e mulheres. Em vista disso, o TJAC também desenvolve campanhas educativas realizadas por meio da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cosiv) e da Secretaria de Comunicação Social (Secom), questionando estereótipos e a objetificação do corpo feminino que legitimam violências contra mulheres.

Essas ações e histórias são algumas entre as muitas de mulheres que nos ensinam que fazer justiça é muitas vezes lutar contra as injustiças do próprio sistema. Mesmo que o acesso seja dificultado, o lugar da mulher é também promovendo justiça e cidadania, como mostrou a primeira mulher a compor o Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Ellen Gracie, em 14 de dezembro de 2000, 109 anos depois da instalação do Tribunal.



A desembargadora Denise Bonfim, quinta mulher a presidir o TJAC, fala com orgulho de ser a única a ter presidido três vezes a Câmara Criminal, mas lembra da importância de que outras continuem ocupando todos os espaços. O pioneirismo de cada mulher é caminho para as próximas que virão e continuarão lutando por um mundo melhor e justo.

"Minha trajetória começou em 1993, eu tinha apenas 26 anos de idade quando retornei para o Acre para fazer o concurso e logrei êxito, passando em 2º lugar. E foi assim que começou minha trajetória na Justiça acreana. E hoje, aos 60 anos, continuo amando o que faço, não me vejo fazendo outra coisa que não ser magistrada. Eu costumo dizer que, como sempre atuei na área criminal, ficou bem mais fácil para mim ter sido a única mulher a exercer a presidência da Câmara Criminal por três mandatos. E espero que outras mulheres possam galgar esse cargo que é de extrema importância para a Justiça", disse Bonfim.

Mulheres apoiam mulheres

Sororidade é um conceito que procura combater a construção da rivalidade feminina feita pelo machismo, com objetivo de mulheres se acolherem, apoiarem e serem solidárias umas com as outras. Por isso, cada uma das desembargadoras ativas do TJAC deixou uma mensagem de empoderamento para outras mulheres:

Desembargadora Denise Bonfim: "O recado que posso deixar para as meninas que queiram entrar no Poder Judiciário, na magistratura, é que perseverem. Se preparem, peçam sempre sabedoria para poder julgar e nunca desistam. Se aparecerem empecilhos, peçam orientação a Deus. Então, é isso: com força de vontade e perseverança vocês chegarão aonde quiserem".

Desembargadora Waldirene Cordeiro: "Eu desejo que mais mulheres venham para o Judiciário e também para outras carreiras. Mas que tenham o espírito de querer contribuir com nossa nação, querer contribuir com nosso estado, com as questões sociais que o Poder Judiciário também abarca".

Desembargadora Regina Ferrari: "Não peçam licença para ocupar seu lugar. Estudem com garra. Se errar, levante. Que possamos estar sempre frente aos desafios, sabedores que vamos encontrar obstáculos. Todas nós vamos juntas transpondo as barreiras do dia a dia. Não é fácil e o Acre precisa de mulheres corajosas e, antes de tudo, sonhadoras, de fé e que carregam cada dia mais a esperança, a esperança por dias melhores. Dias melhores onde nossas mulheres e meninas sejam protegidas".

32ª Semana Justiça pela Paz em Casa é aberta no Acre com foco no combate à violência contra a mulher

09.03.2026



Com 140 audiências e um júri de feminicídio pautados, iniciativa reforça a resposta do Judiciário acreano diante do aumento da violência contra mulheres no estado

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) realizou na manhã desta segunda-feira, 9, a abertura da 32ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, iniciativa que mobiliza magistradas, magistrados e toda a rede de proteção para acelerar julgamentos e fortalecer o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. A solenidade também marcou o lançamento da cartilha "Vozes que Transformam – Uma vida sem violência é direito de toda família", um material especial voltado à conscientização e prevenção.

Realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais de justiça de todo o país, a campanha ocorre três vezes ao ano e integra a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Durante a semana, o Judiciário prioriza processos relacionados à violência de gênero, com a realização de audiências, julgamentos e ações educativas.

A edição de 2026 ganha um significado ainda mais simbólico por ocorrer logo após o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, reforçando que o mês é também um período de mobilização e reflexão sobre os desafios enfrentados pelas mulheres, especialmente diante da persistência da violência de gênero.

No Acre, a programação desta edição prevê cerca de 140 audiências e um júri popular de feminicídio, além de atividades educativas, reuniões de alinhamento com a rede de proteção e capacitações sobre violência doméstica em diversas comarcas do estado.



Prioridade no enfrentamento à violência

Durante a semana, magistradas e magistrados de todas as comarcas do estado irão priorizar a tramitação de processos relacionados à violência doméstica, com a emissão de sentenças, despachos e decisões e, sempre que possível, a realização de audiências.

A iniciativa busca agilizar o andamento das ações judiciais, garantir respostas mais rápidas às vítimas e ampliar a visibilidade do problema, estimulando a sociedade a reconhecer e denunciar situações de violência.

Além das atividades judiciais, a programação inclui ações de sensibilização e diálogo com a comunidade, reforçando a importância do trabalho conjunto entre Judiciário, instituições públicas e sociedade civil no enfrentamento à violência contra a mulher.

A solenidade contou com a presença da vice-presidente, desembargadora Regina Ferrari, da desembargadora Denise Bonfim, acompanhadas das juízas de Direito Louise Santana (auxiliar da Presidência e coordenadora estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar) e Olívia Ribeiro (titular da 1ª Vara de Proteção à Mulher da capital) e dos magistrados Cloves Augusto, Gilberto Matos e Bruno Perrotta.

A cerimônia reuniu ainda representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública do Estado, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, além de integrantes do governo estadual, entidades da sociedade civil, magistrados, servidores do Judiciário e representantes da rede de proteção às mulheres.

A vice-presidente do TJAC, Regina Ferrari, ressaltou que a Semana Justiça pela Paz em Casa simboliza o compromisso permanente do Judiciário com a proteção das mulheres e com a resposta rápida aos crimes de violência doméstica. Para a magistrada, o direito é resultado de uma luta cotidiana e coletiva, e o sistema de justiça precisa estar preparado para responder com eficiência aos casos que chegam ao Judiciário.

Ela também destacou a importância da prevenção e do acesso aos canais de apoio existentes, como o Centro de Atendimento à Vítima, a Ouvidoria da Mulher e as delegacias especializadas, reforçando que a rede de proteção está disponível para acolher mulheres antes mesmo que a violência evolua para situações mais graves.

"Queremos demonstrar à sociedade que o Poder Judiciário está ativo e comprometido em dar respostas rápidas aos casos de violência. Mais do que julgar, buscamos fortalecer a confiança da comunidade e estimular a prevenção", afirmou.



A resposta do Judiciário

A juíza auxiliar da Presidência e coordenadora estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Louise Santana, destacou que a edição deste ano carrega um simbolismo especial por ocorrer logo após o Dia Internacional da Mulher e em um contexto que exige ainda mais atenção das instituições públicas.

Segundo ela, dados de 2025 apontaram o Acre como o estado com maior índice de feminicídios do país, com 14 casos registrados, número superior aos oito casos contabilizados em 2024.

"São 14 mulheres, 14 vidas interrompidas, 14 histórias que não puderam continuar. Cada uma dessas mortes não representa apenas uma estatística, mas uma tragédia que nos convoca a fortalecer cada vez mais as políticas públicas de prevenção, proteção e conscientização", afirmou.

Apesar do cenário preocupante, a magistrada ressaltou avanços importantes do Judiciário acreano na resposta institucional ao problema. Atualmente, o estado possui o menor tempo médio do país na análise de medidas protetivas de urgência, com 0,71 dia, garantindo rapidez na proteção às vítimas.

Outro resultado destacado foi o tempo de julgamento das ações penais relacionadas à violência doméstica: enquanto o Conselho Nacional de Justiça estabelece meta de 400 dias, o Tribunal de Justiça do Acre tem conseguido concluir esses processos em média de 224 dias.

Para a semana da mobilização, estão previstas 140 audiências e um júri de feminicídio na comarca de Feijó, além de atividades na capital e no interior, especialmente no Vale do Juruá, incluindo as comarcas de Rodrigues Alves, Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul.

A magistrada ressaltou ainda que 80% das mulheres vítimas de feminicídio em 2025 não possuíam medidas protetivas, o que evidencia a necessidade de ampliar o alcance da rede de proteção. "São mulheres que não estavam no sistema de justiça e não estavam sendo acompanhadas pela rede. Precisamos fortalecer a busca ativa e ampliar a prevenção", alertou.




Vozes que Transformam

Durante a solenidade de abertura da 32ª Semana Justiça pela Paz em Casa, o Tribunal de Justiça do Acre também realizou o lançamento da cartilha Vozes que Transformam, publicação educativa que reúne textos produzidos por estudantes participantes do programa Conscientização pela Paz no Lar. A obra apresenta redações vencedoras de um concurso promovido em 2025 e busca ampliar o debate sobre a violência doméstica a partir da perspectiva de jovens que participaram de palestras educativas sobre a Lei Maria da Penha e os direitos das mulheres.

Nesta primeira edição, os textos refletem sobre a importância histórica da legislação — que completará 20 anos em 2026 — e abordam as causas estruturais da violência contra a mulher, como o machismo, a cultura patriarcal e as desigualdades sociais. As produções também destacam os desafios enfrentados por muitas vítimas para denunciar os agressores, como a dependência financeira, o medo e a falta de apoio familiar ou institucional, além dos impactos psicológicos provocados pela violência.

Ao abrir mais uma edição da campanha, o Tribunal de Justiça do Acre reafirma seu compromisso de transformar dados em ação, garantir proteção às vítimas e fortalecer uma cultura de respeito e igualdade, para que cada vez mais mulheres possam viver com dignidade, segurança e liberdade.

Fotos: Gleilson Miranda/Secom

 Samuel Bryan de Moraes Gomes | Comunicação TJAC

Projeto do TJAC capacita jovens para ajudar a romper o ciclo da violência doméstica

11.03.2026



Estudantes aprendem técnicas restaurativas de resolução de conflitos com base no diálogo e na participação social Iniciativa busca prevenir e reduzir a violência contra a mulher

Estudantes do Colégio Militar Dom Pedro II tiveram um dia diferente na rotina escolar. Em vez das aulas tradicionais de português, matemática ou ciências, participaram de uma formação sobre técnicas restaurativas de resolução de conflitos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. A atividade ocorreu nesta terça-feira, 10, em Cruzeiro do Sul, e reuniu alunos e alunas do ensino médio, além de professores da instituição.

Promovida pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), a ação integra a programação da 32ª Semana Justiça pela Paz em Casa e tem como objetivo disseminar a cultura de paz, contribuir para a prevenção e a redução da violência no contexto familiar e escolar. A ideia é que os participantes, após a formação, desenvolvam mecanismos próprios de resolução de conflitos, com base no diálogo e na participação social.

Durante a capacitação, os estudantes conheceram aspectos históricos, sociais e culturais da violência doméstica e familiar. Também aprenderam a identificar e classificar as diferentes formas de violência contra a mulher, além de receber orientações sobre a importância da denúncia, os procedimentos legais e os principais canais de apoio às vítimas.



Para a juíza de Direito da Vara de Proteção à Mulher e de Execuções Penais de Cruzeiro do Sul, Marilene Zhu, uma das mediadoras da formação, iniciativas como essa contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e comprometida com a proteção da dignidade humana. "Quando trazemos esse tema para dentro da escola, reconhecemos que a educação é uma das ferramentas mais poderosas de prevenção", afirmou.

Segundo a magistrada, a ação permita que professores e estudantes compreendam melhor as características da violência doméstica, seus sinais e consequências, além dos caminhos para buscar ajuda e interromper o ciclo de violência. "Ao capacitar educadores e estudantes, criamos uma rede de proteção e informação. Quando os jovens são sensibilizados sobre esse tema desde cedo, tornam-se agentes de mudança em suas famílias e comunidades", completou.

A iniciativa do TJAC está alinhada à Política Nacional de Resolução de Conflitos no Poder Judiciário e à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, bem como vinculada ao Convênio nº 01/2022/CGPGC/GAB-SENAJUS/SENAJUS – Plataforma +Brasil nº 930436/2022, voltado à implementação de ferramentas e estratégias para o tratamento de casos de violência doméstica e familiar.

Participaram da atividade a coordenadora de Apoio a Programas Sociais, Isnáida Silva; a assessora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Amália Costa; o chefe da Equipe de Monitoramento e Avaliação de Projetos, Franco Souza; e a equipe técnica e pedagógica do colégio.

Fotos: cedidas

Redação sobre violência doméstica garante computador a estudante indígena no interior do Acre

13.03.2025



Programa do TJAC premia estudantes por textos sobre enfrentamento à violência contra a mulher Premiação ocorreu em território Puyanawa, em Mâncio Lima, durante a 32ª Semana Justiça pela Paz em Casa

A estudante indígena Bárbara Rosa Batista Puyanawa conquistou o 3º lugar no concurso de redação do programa Conscientização pela Paz no Lar. Ela e outras duas jovens foram premiadas com computadores pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC). As três obtiveram as melhores notas do município de Mâncio Lima. A entrega dos equipamentos ocorreu nesta quinta-feira, 12, na Escola Indígena Ixubãay Rabul Puyanawa, e integrou a programação da 32ª Semana Justiça pela Paz em Casa.

Pela primeira vez, a iniciativa da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cosiv) do TJAC, que estimula o enfrentamento à violência de gênero entre estudantes do ensino médio, alcançou uma comunidade indígena, demonstrando a ampliação das atividades do programa em todo o estado.



Em 2025, a ação educativa alcançou mais de 2 mil estudantes em dezenas de municípios acreanos. A proposta foi incentivar a prevenção e o combate à violência doméstica e familiar, além de ampliar o conhecimento dos jovens sobre a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) e o crime de importunação sexual (Lei nº 13.718/2018).

A metodologia do programa começa com palestras educativas para os adolescentes. Em seguida, os estudantes produzem uma redação sobre o tema proposto. Os três textos com melhor avaliação recebem computadores. A premiação marca o encerramento das atividades do programa no município, assim como a destinação social e ambientalmente responsável de equipamentos eletrônicos do TJAC.

A edição 2025 do programa Conscientização pela Paz no Lar contou com a parceria da Defensoria Pública do Acre (DPE-AC), do Ministério Público do Acre (MPAC), da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre (OAB/AC), da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac) e do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SEE).

Entre Rosas e Recomeços: Ação do Judiciário leva acolhimento e informação para vítimas de violência doméstica

13.03.2026



“Mesmo quando situações difíceis tentam esvaziar o coração, o apoio certo permite o florescer de uma nova história”, diz desembargadora

Na manhã desta sexta-feira, 13, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da Coordenadoria das Mulheres em Situação de Violência e do Centro de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (Ceavi), realizou uma palestra para mulheres acolhidas na Casa Abrigo Mãe da Mata e para as assistidas pela Casa Rosa Mulher em Rio Branco.

A desembargadora Regina Ferrari ofereceu apoio emocional e falou sobre saúde mental. Na abertura do evento, ela trouxe reflexões sobre desapego, interrupção de pensamentos negativos e o despertar para novas fases da vida. “Vocês não são o que aconteceu com vocês. Vocês são o que decidiram ser”, declarou.



A manhã foi marcada por diálogo e pelo fortalecimento da rede de proteção. Muitas das participantes estão com processos de violência doméstica em andamento e já conheciam a titular da 2ª Vara de Proteção à Mulher, juíza Louise Santana.

“Algumas de vocês já têm medidas protetivas. Medidas protetivas salvam vidas. Em 2025, 14 mulheres foram vítimas de feminicídio no Acre. Cerca de 90% delas não tinham medida protetiva. E algumas que tinham mantinham contato com o agressor, ou seja, relativizavam a medida protetiva”, ressaltou a magistrada.

Nesse sentido, a juíza explicou os direitos disponíveis às vítimas de violência doméstica, a prioridade que elas possuem em atendimentos e também reforçou a importância do aplicativo SOS Mulher e o funcionamento do Botão do Pânico.

Em seguida, a assistente social do TJAC, Luana Albuquerque, e a psicóloga Suzye Nunes abordaram o tema do ciclo da violência doméstica. Por meio de situações reais, elas explicaram as diferentes fases de tensão e as diversas formas de violência.

“Se o companheiro proíbe a mulher de tomar anticoncepcional ou impede que ela faça laqueadura, isso também é um exemplo de violência sexual”, exemplificaram.



Situações difíceis tentam esvaziar a esperança

Fabiana Gomes tem 43 anos de idade e sofreu abuso sexual quando tinha 17. “Eu faço acompanhamento na Casa Rosa Mulher há cinco anos. Os meus problemas psicológicos e emocionais estavam travando minha vida e aqui fui bem acolhida. Então, eu vinha frequentando semana sim, semana não, mas quando não vinha sentia uma piora. A ansiedade e depressão voltavam. Aqui já fiz dois cursos e com esse acompanhamento vou me sentindo melhor, igual o dia de hoje, que foi muito bom”, contou.

Adaires Lanés é paraplégica, tem 55 anos e está com um processo em andamento por violência doméstica. Ela narrou que até a comunicação com família era controlada pelo ex-marido, por isso só poderia falar com parentes no viva voz e então ninguém sabia o que ela estava passando.

“Em agosto de 2022, eu me casei em Capixaba e vivi com esse esposo por dois anos e 11 meses precisamente. Durante esse período, sofri agressões psicológicas – de todo tipo que você puder imaginar – e também patrimonial e cárcere privado. Até que um dia eu tive que ir na Defensoria Pública por causa de um problema no meu benefício e lá consegui denunciar. No dia seguinte, uma diligência do Tribunal estava na porta da minha casa para me resgatar. Foi assim que passei a ter o atendimento da Casa Rosa Mulher. Desde que passei por aquele portão, fui muito bem atendida. Estou fazendo terapia e posso dizer que estou 90% melhor. Rompi o ciclo de violência. Não tive medo. Minha vó e minha mãe sofreram violência doméstica até os maridos morrerem, mas quebrei esse ciclo e não quero mais isso para minha vida”, contou Adaires.



Entre Rosas e Recomeços

A atividade desta sexta-feira foi denominada “Entre rosas e recomeços” e integra a programação da Semana Justiça pela Paz em Casa e do Mês da Mulher do TJAC.

Ao final do encontro, foi realizada uma dinâmica em que as participantes foram convidadas a escrever sobre seus recomeços e decisões de vida. Os relatos irão compor um mural no Ceavi.

Ainda durante a agenda, a desembargadora Regina Ferrari e a juíza Louise Santana conheceram os atendimentos oferecidos na Casa Rosa Mulher, que incluem assistência social, orientação jurídica, atendimento psicológico, espaços para capacitação e brinquedoteca.



Fotos: Wellington Vidal – estagiário sob supervisão.

Vozes que Transformam: publicação reúne reflexões sobre direitos e desigualdade de gênero

14.03.2025



Material publicado pelo TJAC, é uma coletânea de redações produzidas pelos estudantes participantes do programa Conscientização pela Paz no Lar

Como parte das ações de enfrentamento à violência doméstica e familiar, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) lançou nesta semana a publicação Vozes que Transformam. O material é uma coletânea de redações produzidas pelos participantes do programa Conscientização pela Paz no Lar.

A ação educativa levou palestras a 16 escolas, mobilizando 2.100 alunas e alunos nos municípios de Rio Branco, Xapuri, Cruzeiro do Sul, Porto Acre, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Tarauacá, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Santa Rosa do Purus. Incluindo unidades urbanas, rurais e indígenas.

A partir do aprendizado, o concurso de redação propôs o seguinte tema: "A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e os direitos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como outras formas de violência contra a mulher". Deste modo, as primeiras colocações de cada escola tiveram sua obra publicada.



Odyssey Júnior, estudante do 1º ano da Escola Estadual Professora Raimunda Silva Pará de Rio Branco, refletiu sobre o ciclo de violência: "Em primeiro lugar, é importante destacar que o machismo, ainda presente em grande parte da sociedade, naturaliza comportamentos abusivos dentro do ambiente familiar". "Naturalizar" significa fazer com que algo que é errado ou violento pareça normal ou comum. Esse fenômeno cultural altera os limites dos comportamentos e relacionamentos, provocando uma sequência de silenciamentos: o da vítima e também das pessoas ao redor, que passam a adotar a tendência de não intervir, justamente por compreenderem que se trata de algo corriqueiro.

Já Clara Aguiar, da Escola Estadual Djalma da Cunha Batista de Tarauacá enfatizou: "Tudo começa com um homem querendo imposição em tudo". Nesse trecho, a aluna expressa seu sentimento de indignação ao falar sobre a dominação. Portanto, em cada texto é possível perceber diferentes óticas sobre uma temática presente e urgente.

Estudantes e professores de Cruzeiro do Sul recebem capacitação do TJAC para mediação de conflitos

16.03.2026



Projeto forma multiplicadores da cultura de paz Iniciativa também integrou a programação da 32ª Semana Justiça pela Paz em Casa

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da Coordenadoria das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cosiv), capacitou estudantes e professores do Colégio Dom Pedro II para atuarem como agentes de diálogo e conciliação no ambiente escolar. A atividade ocorreu em Cruzeiro do Sul durante a 32ª Semana Justiça pela Paz em Casa, entre 9 e 13 de março, com participação de juizes e servidores do Judiciário acreano.

A iniciativa teve como objetivo preparar integrantes da comunidade escolar para disseminar a cultura de paz na sociedade e nas salas de aula. Ao longo da semana, os participantes passaram por formações sobre temas como violência contra a mulher e seus aspectos históricos e sociais, bullying e cyberbullying, direitos das minorias, além de técnicas e estratégias restaurativas.

A formação começou com a palestra "Organização do Estado", ministrada pelo juiz e diretor do Foro de Cruzeiro do Sul, Erik Farhat. Também incluiu a palestra "Bullying e Cyberbullying – condutas inaceitáveis no ambiente escolar", conduzida pelo juiz de Direito Luís Pinto, e um curso sobre direito das minorias, apresentado pelo juiz Federal Felipe Lins.



Nos dias seguintes, a juíza Adamarciá Machado tratou da ética nas relações humanas. Já a juíza Marilene Zhu abordou a violência doméstica e familiar, desde a definição de conceitos até os principais canais de apoio e denúncia às mulheres e meninas vítimas.

A capacitação contou ainda com palestras da coordenadora de Apoio a Programas Sociais (Coaps), Isnaldia Silva, sobre aspectos históricos da violência doméstica e familiar; da assessora da Cosiv, Amélia Costa, responsável pelo curso de produção de animações para redes sociais; e do chefe da Equipe de Monitoramento e Avaliação de Projetos, Franco Souza, que ensinou técnicas restaurativas para mediação de conflitos.



O projeto Mediação de Conflitos nas Escolas integra o Convênio nº 01/2022/CGPGC/GAB-SENAJUS/SENAJUS – Plataforma +Brasil nº 930436/2022. O recurso financia ações voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar. Além disso, a ação atende à Política Nacional de Resolução de Conflitos no Poder Judiciário e à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Fotos: cedidas